



Análise de Conjuntura

Boletim periódico da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados

Os textos são da exclusiva responsabilidade de seus autores. O boletim destina-se a promover discussões sobre temas de conjuntura e não reflete a posição de parlamentares, de suas assessorias ou do corpo técnico da Câmara dos Deputados.

Três meses de salários para pagar as dívidas

A taxa de crescimento do endividamento dos brasileiros tem crescido numa velocidade maior do que a da renda desses trabalhadores.

Dividindo a massa salarial, estimada a partir da Pesquisa Mensal de Emprego, pelo saldo em aberto das operações de crédito para as pessoas físicas, o número de meses de salário para quitar as dívidas subiu cerca de 50%, de 2004 a 2008.

A notícia é que, devido à crise, este número parou de crescer no final de 2008.

Uma aritmética simples

A economia americana é movida a crédito. E a brasileira, a quantas anda? Para avaliar o endividamento das pessoas físicas nos últimos cinco anos, comparamos a massa salarial, estimada a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, com o montante de crédito bancário para as pessoas físicas, apurado pelo Banco Central do Brasil (BCB). O resultado: em 2004, eram necessários em média pouco mais de dois meses de trabalho para liquidar todo o saldo devedor. Em 2008, chegou-se à marca de mais de três meses de salário. Um crescimento de 50%.

Expediente

Boletim de Análise de Conjuntura (BAC). Ano 1, nº 5. Quinta-feira, 2 de abril de 2009.

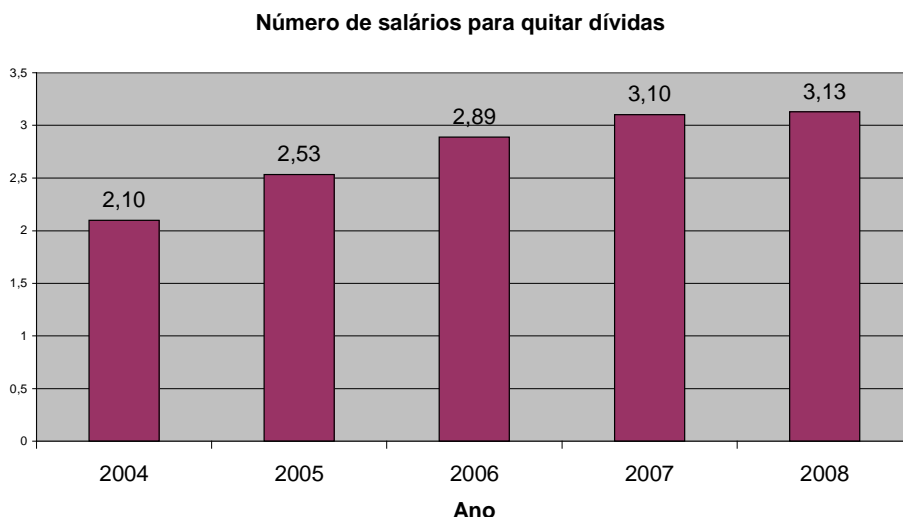
Colaboraram neste número: Marcelo Barroso Lacombe (coordenador), Luiz Humberto Veiga e Marcos Pineschi Teixeira.

O Boletim de Análise de Conjuntura é uma publicação da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Destina-se a promover o debate sobre temas de conjuntura e não reflete a posição de parlamentares, de suas assessorias ou do corpo técnico da Câmara dos Deputados.

Esse número cresceu continuamente nos cinco anos considerados. Seriam cerca de 2,53 meses em 2005, 2,89 em 2006, 3,10 em 2007 e 3,13 em 2008. Isto significa que o volume de crédito estava crescendo a uma taxa mais rápida do que a massa salarial brasileira.

Trata-se de um cálculo simplificado. Não consideramos a incidência de juros sobre a dívida e admitimos que os meses de renda do trabalho deveriam ser destinados integralmente ao pagamento de empréstimos.

Tomamos o cuidado de levar em conta as operações com recursos livres, isto é, aqueles recursos dos quais os bancos dispõem livremente e alocam da maneira que melhor lhes aprouver. Excluimos do cálculo, portanto, as operações de crédito rural e do Sistema Financeiro da Habitação.



O nível de 3,13 foi uma média para 2008, mas ao estimarmos essa medida mês a mês, ao final do ano percebe-se a restrição de crédito por que passa o País. Quando a relação é calculada para os meses de setembro a novembro de 2007, esses valores mostraram-se pouco superiores àqueles verificados nos mesmos meses de 2008.

Mês	2007	2008
Setembro	3,18	3,06
Outubro	3,22	3,08
Novembro	3,21	3,06

Em 2007, os últimos três meses contribuíram para aumentar a média, indicando um crescimento nas operações de crédito. Já em 2008, os três últimos meses foram inferiores à média. O que ocorreu ao final de 2008 é, portanto, o inverso do que se passou em 2007.

Efeito da crise: consumidores se retraem, os bancos também.

Produção industrial e PIB: recuperação?

A produção industrial apresentou, na série com ajuste sazonal, recuperação no mês de fevereiro, assim como já havia ocorrido em janeiro. Com esses indicadores, observa-se desde o início do ano uma expansão de cerca de 4,0%, sendo 2,1% em janeiro e 1,8% em fevereiro.

Evidentemente, essa expansão não compensa a substancial retração ocorrida no período entre outubro a dezembro de 2008, que foi de nada menos que 18,9%. Considerando o período de outubro de 2008 a fevereiro de 2009, a queda ainda acumula 15,7%.

De toda forma, trata-se de uma recuperação relativamente rápida pois, antes dos impactos da crise econômica serem sentidos no Brasil, a expansão da produção industrial no Brasil era da ordem de 6% ao ano. O ritmo desse início de 2009, com recuperação de cerca de 4% em dois meses, é importante.

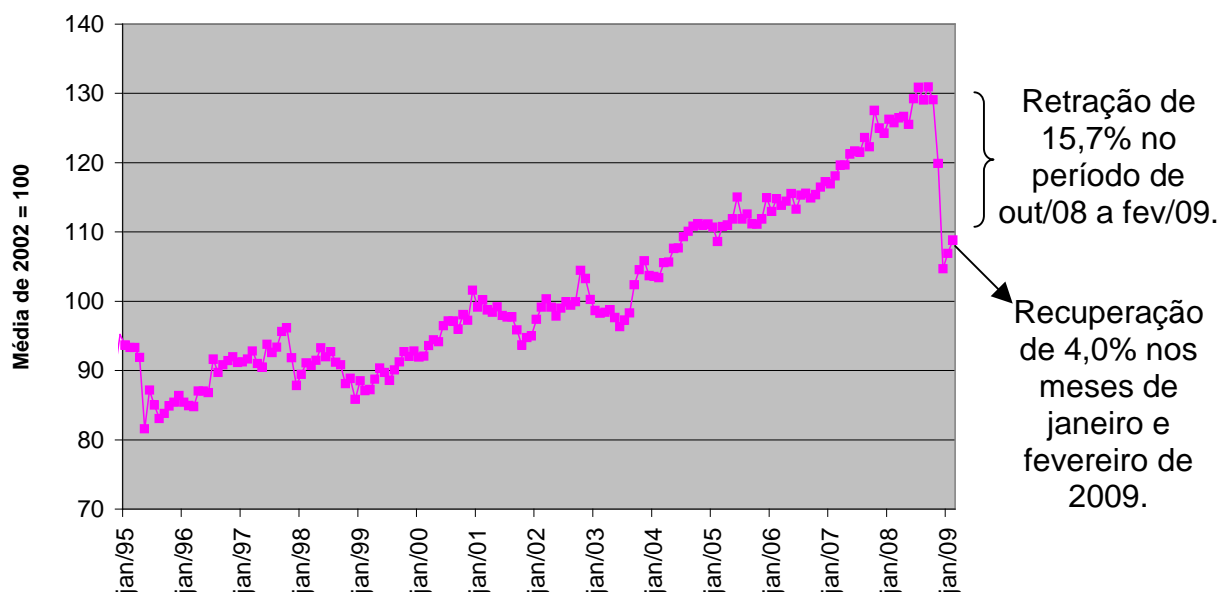
Dos vinte e sete ramos pesquisados, dezesseis apresentaram crescimento em fevereiro, com destaque para veículos automotores (8,7%), refletindo principalmente a retomada na produção de automóveis, influenciada pelas medidas do governo. Por outro lado, as principais retrações vieram da indústria farmacêutica (-6,9%) e de máquinas e equipamentos (-3,2%).

Para o ano, as expectativas de mercado pesquisadas pelo Banco Central apontam que a variação da produção industrial em 2009 será negativa, com retração de 2,74%. Espera-se, porém, uma recuperação relativamente rápida, com um crescimento da produção da ordem de 4,0% em 2010.

Por outro lado, no último dia 30 de março, o Banco Central divulgou a atualização da sua própria estimativa acerca da economia brasileira para 2009. O BC considera que a produção industrial deverá crescer 0,1% neste ano. Chama a atenção o crescimento da indústria da construção civil, estimado em 2,7%. Deve-se ressaltar que o setor será positivamente influenciado pelas recentes medidas relacionadas ao Plano Habitacional, que totaliza R\$ 34 bilhões (R\$ 25,5 bilhões da União; R\$ 7,5 bilhões do FGTS e R\$ 1 bilhão do BNDES), à desoneração de impostos para os insumos da construção civil e ao PAC.

Produção industrial - série com ajuste sazonal

(Pesquisa industrial mensal - produção física - IBGE)



PIB: ciranda de expectativas

Com relação ao PIB, o Banco Central projeta um crescimento de 1,2% em 2009. Já as expectativas de mercado apontam para a estabilidade, ou seja, um crescimento igual a zero em 2009, embora já em 2010 se espere uma expansão de 3,5%. É oportuno ainda citar que, no dia 31 de março, a OCDE divulgou sua projeção, que aponta para uma leve retração de 0,3% do nosso PIB em 2009 e um crescimento de 3,8% em 2010. Já o Banco Mundial prevê crescimentos de 0,5% em 2009 e de 3,2% em 2010 para o PIB brasileiro.